

Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto]

PETIÇÃO N.º 313/XII/3.ª

Não à privatização dos CTT.

Dia: 8 de maio de 2014

Entidade ouvida: Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações

Recebidos por: Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS) – Relator da petição;
Deputado Afonso Oliveira (PSD);
Deputado Bruno Dias (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS), relator da Petição, deu as boas-vindas aos peticionários, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, tendo enquadrado a audição na conclusão de um conjunto de diligências, em sede de tramitação da Petição n.º 313/XII/3.ª, após o que apresentou os Senhores Deputados presentes e deu conta do modo de condução dos trabalhos.

A delegação do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações efetuou uma intervenção inicial, reiterando a rejeição liminar de qualquer privatização dos CTT, total ou parcial, e considerando, nestes termos, que a petição não perdeu atualidade, recordando que atualmente os CTT são em 31% públicos.

Prestaram, de seguida, diversas informações quanto à redução em 36%, no último decénio, do número de estações e postos (e cerca de 35% do volume de emprego), sem diálogo e sem a adequada reafetação dos respetivos recursos humanos, que

deixam de ter posição de balcão no seu novo local de trabalho. Deram, ainda, conta da inexistência de distribuição diária de correio em diversas zonas do país, contrariando deste modo os normativos legais nesta matéria. Por fim, questionaram a quem caberá salvaguardar o património dos CTT, nomeadamente a sua filatelia, o museu, o arquivo de segredo e o arquivo histórico.

Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Afonso Oliveira (PSD), Bruno Dias (PCP) e Paulo Ribeiro de Campos (PS), enquanto relator.

O Sindicato efetuou uma segunda intervenção, para prestar esclarecimentos adicionais, nomeadamente quanto:

- À decisão de privatização da empresa, ao preço praticado, à cláusula de salvaguarda do serviço público e às alterações legislativas nomeadamente em matéria de concessão, revestidas de opções ideológicas, sublinhando que a Petição em apreço fora subscrita por cidadãos de todos os quadrantes partidários;
- Aos problemas de salvaguarda de sigilo que se levantarão, bem como ao problema referente ao arquivo de segredo;
- À redução da qualidade do serviço prestado, ao incumprimento dos normativos legais (nomeadamente quanto à distribuição diária e aos atrasos na expedição, resultantes da inexistência dos adequados recursos humanos) e à inexistência de meios, pela ANACOM, para uma adequada fiscalização, apesar das atribuições acrescidas que lhe foram cometidas;
- À transformação de estações do correio em agências bancárias, no âmbito da licença para o Banco Postal;
- Às preocupações dos trabalhadores quanto ao futuro das Obras Sociais.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Paulo Ribeiro de Campos (PS) agradeceu os esclarecimentos e informações prestados pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, após o que encerrou a audição e deu por concluídos os trabalhos.

Diversas informações sobre a audição podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

Palácio de São Bento, em 8 de maio de 2014

O Deputado Relator
Paulo Ribeiro de Campos